Saudação à Memória de D. Pedro II(*)

Francisco de Assis Arruda Furtado

O INSTITUTO DO CEARÁ – Histórico, Geográfico e Antropológico, rende culto cívico, o mais respeitoso, à memória de Dom Pedro II, Patrono dos Institutos Históricos do País.

Na data do primeiro centenário de sua morte, falar sobre Dom Pedro II como Imperador Magnânimo, político hábil, patriota amante de sua terra e de sua gente, erudito e sábio, educador de gerações por seu exemplo, homem de seu século, monarca avesso às pompas e glorificações, de cristã humildade sem prejuízo da dignidade pessoal e da coroa, falar sobre quem encheu, como ninguém, mais de meio século da vida nacional, e se projetou no mundo como estadista dos mais respeitáveis, falar sobre ele consumiria muito tempo, na interpretação de documentos, livros, tradições, um acervo muito grande a informar o biógrafo exigente.

Contentar-me-ei com os minutos que o momento me impõe, na tentativa de uma síntese que poderá ser falha mas que será veraz e comovente.

Da Infância à Maioridade

Assinalado pelo sofrimento, desde o seio materno; órfão de mãe aos doze meses de vida, quando já se habituara aos carinhos da virtuosa Imperatriz Dona Leopoldina; tirado da companhia do pai e da bondosa Imperatriz Dona Amélia, aos cinco anos, quando Pedro I abdicou; submetido a uma vida sem os afetos indispensáveis à sua formação infantil, apesar dos desvelos da admirável dona Mariana de Verna e dos tutores, todas essas carências de seu coração de menino, sofridas com resignação e o intuitivo sentimento de um dever a cumprir, deram ao Imperial Infante certa timidez, logo superada; deram-lhe um espírito tolerante e paciente; deram-lhe, à falta de maiores folguedos infantis, o recurso de agarrar-se aos estudos e aos assuntos sérios, e uma sujeição disciplinada ao programa intensivo de formação de um monarca, de modo que se preparou, e muitíssimo bem, para o desempenho de sua missão histórica.

É comovedor evocar-se a criança loura, de olhos bem azuis, de

(*) Discurso pronunciado na sessão especial de 5.12.91, comemorativa do primeiro centenário da morte de Sua Majestade o Imperador Pedro II, com a presença de sua Alteza o Príncipe D. Bertrand de Orleans e Bragança, trineto do homenageado.

maxilares projetados pelo prognatismo herdado dos Habsburgos, mais tarde disfarçado pela barba espessa, criança de modos atraentes, vivendo nos amplos e arborizados espaços da Quinta da Boa Vista, ou nas limitações de Paço da Cidade, prisioneira das circunstâncias históricas, não se pertencendo a si própria, mas pertecendo à Pátria e a seu povo.

No período turbulento da Regência, quando o Brasil poderia ter-se dividido em várias republiquetas inexpressivas, foi a presença do Imperial Infante que assegurou a permanência da unidade nacional.

Era a devoção do povo pelo Príncipe órfão, era um afeto não apenas sentimental mas divinatório principalmente, que ornava o Infante com a aura da representação nacional, depositando-se naquela criança as esperanças do Brasil.

Esse sentimento era geral.

Quando, em outubro de 1831, certamente em virtude do impacto da abdicação e ausência do pai e de sua segunda mãe, a Imperatriz Dona Amélia, o menino adoeceu e se temeu por sua vida, o medo empolgou a Nação. Logo restabelecido, celebrou-se missa em ação de graças e, no sermão, Motalverne, o grande orador sacro, assim se dirigiu ao convalescente:

"Vós nos convencei que o Brasil está salvo; que o primogênito dos Brasileiros está vivo. Não é só uma fiança de paz, que o Brasil possui no seu Imperador. Ele é ainda o símbolo da unidade nacional, que seria posta em risco por uma adversidade tão deplorável, qual a falta do Imperador."

Isso não escapou à perspicácia de observadores estrangeiros. Augusto de Saint-Hilaire escreveu, quando Pedro II tinha oito anos:

"Quanto ao Brasil, repousam hoje os seus destinos sobre a cabeça de um menino, o único, entre os brasileiros, que une o presente ao passado." "É uma criança – continua – que une ainda as províncias deste vasto Império, e somente a sua existência opõe uma barreira aos ambiciosos que surgem de todos os lados".

O próprio pai, escrevendo ao filho no seu oitavo aniversário, lá de Portugal, verificava aquele fato e vaticinava o futuro glorioso do Brasil no Segundo Reinado. Dizia Dom Pedro I:

"Todos os brasileiros que desejam de coração, como eu, ver feliz a terra da Santa Cruz, não poderão deixar de celebrar este dia, com todo o entusiasmo, como o de maior interesse para o Império brasileiro. Da tua conservação dependerá a futura felicidade do Brasil. A ti está reservada a glória de o fazer chegar àquele grau de prosperidade de que é capaz."

"Eu faria uma grande injustiça aos meus concidadãos – continua Dom Pedro I – se não estivesse persuadido de que eles se acham penetrados destas verdades e se desevelam por sustentar-te no trono. Estou convencido de que, se não seguirem a Constituição e D. Pedro II, a mesma sorte da América Espanhola se espera."

A alma nacional sentia, durante as turbulências das várias regências, que a pacificação só viria instalando-se o Imperador no seu trono.

Sabia-se que fora menino-prodígio, progredindo rapidamente na cultura, que o seu caráter garantia a firmeza de sua atuação, por isso tornava-se invencível a corrente parlamentar em prol da antecipação da maioridade, e o povo cantava pelas ruas:

Queremos Pedro II,

Embora não tenha idade,

A Nação dispensa a lei,

E viva a Maioridade!

A Comissão do Senado consultou o Imperador adolescente. Este foi ouvir, em particular, a opinião de seu tutor, o Marquês de Itanhaém e o seu aio, Frei Padre de Santa Mariana. E tomou sua decisão.

Assim, quando Regente lhe perguntou se queria assumir o governo em 2 de dezembro, quando completaria seus 15 anos, ou se o queria já, respondeu resoluto:

– Quero já.

Proclamada a antecipação da maioridade, iniciava-se outra fase da vida política da Nação.

O Longo Reinado

É impossível resumir, em breves palavras, a história de um glorioso e fecundo Reinado que durou praticamente meio século.

Cinjo-me, pois, ao bosquejo dos principais aspectos dessa época de ouro da vida nacional.

Na primeira linha das grandes realizações do 2º Reinado está a estabilidade política do Império, sob a égide da Constituição de 1824, que vigorou até 1889, durante sessenta e cinco anos, com apenas duas emendas e sem nenhuma substituição, período em que a Nação gozou de paz, de liberdade e prosperidade. Nada de estados de sítio, os quais não havia, salvo a mitigada restrição do art. 179, nº 35, da Carta Magna. Nada de regimes de exceção, breves ou longos; sempre a estabilidade das instituições.

Para essa situação de tranqüilidade política muito contribuiu o Conselho de Estado, criado já pela Constituição. E pouco depois da Maioridade, em virtude da lei 234, de 23.11.41, deu-se-lhe nova estrutura. O excelso colegiado era auxílio de que se servia o Imperador adolescente para as grandes decisões políticas e de governo.

Tinham assento, ali, até membros conspícuos da Oposição, de modo que esta e mais a elite também ali representada, participavam e se comprometiam em resoluções adotadas em assuntos graves. Foi o Conselho de Estado escola de estadistas, como o foi também o Parlamento, no regime parlamentarista de governo.

O Conselho de Estado não existia no sistema inglês. Foi criatividade brasileira, e muitíssimo contribuiu para a paz política e social, e o aprimoramento da administração pública.

Outra inovação constitucional brasileira foi a criação do Poder Moderador do Monarca. Sábia instituição de notáveis atribuições no contexto político, atribuições que Pedro II exercia com maestria e sob cuja influência os partidos gozavam de ampla liberdade, revezando-se no Poder, tanto o do Governo como o da Oposição, com o exercício de um parlamentarismo proveitoso, especialmente no tocante à conjuração de crises políticas eventuais.

A Soberania e a Unidade Nacional

Monarquia supra partidária, centro de equilíbrio entre os Poderes, vínculo da Unidade nacional, esse sistema, sob a égide de Pedro II, assegurou a manutenção dessa unidade do País-Continente.

Tal era a força aglutinadora da Monarquia, que nada conseguiu atingir a unidade nacional. Cosera-se com linha forte e pontos firmes, as bordas das Províncias entre si, e as poucas tentativas de esgarçar a costura foram frustradas pela ação patriótica do Exército Brasileiro e, principalmente, pela atuação de Caxias, o Pacificador.

Toda vez que o inimigo externo pretendeu violar nossa soberania encontrou, no 2º Reinado, o catalizador mais eficiente da repulsa do povo.

Foi assim nas guerras externas, principalmente a do Paraguai, quando tivemos de repelir com brio, apesar dos sacrifícios materiais e humanos, os agravos à nossa Pátria. Foi assim também em incidentes de menor monta, como as questões com os ingleses, ocasiões em que Pedro II assomou, impávido, na defesa de nossos interesses.

A Estabilidade Econômica

A estabilidade política e a boa gestão dos negócios públicos tinham de favorecer, no Reinado de Pedro II, a invejável estabilidade econômica de que desfrutamos.

Há fatos indiscutíveis que atestam a ótima qualidade da economia no tempo do Império. Veja-se, por exemplo, que, em 67 anos de Monarquia constitucional e parlamentarista, a inflação média anual de 1,58, contra 10% nos primeiros 45 dias da República, 41% em 1890, 50% em 1891, para chegarmos à escalada inflacionária dos últimos anos, estes que vivemos.

A nossa moeda era forte e estável. A unidade monetária, o mil réis, equivalia ao dólar e à libra esterlina.

Em situação tão equilibrada, a política salarial era efeito disso. Basta dizer que um trabalhador, sem qualquer qualificação profissional, recebia um salário de vinte e cinco mil réis, seis vezes superior ao aviltante salário mínimo dos dias de hoje.

Os títulos do Tesouro Nacional eram disputados no estrangeiro como de valor igual ao ouro, tal a confiança que se depositava no Brasil.

E diga-se de passagem que todo esse bem-estar não se devia apenas à eficiente e honrada atuação de Pedro II. Devia-se também à forma e ao sistema de governo, isto é, Monarquia constitucional e parlamentarista. Assim, qualquer Imperador, sem a cultura e as acendradas virtudes de Pedro II, um monarca medíocre vamos dizer, ainda assim os resultados políticos e administrativos seriam semelhantes, porque o segredo estava, como está, na forma e no sistema de governo.

O Progresso no 2º Reinado

Com finanças sempre saneadas, economia estável, classes dirigentes pautando os atos por austeridade não demagógica porém real, a exemplo do imperador, o País alcançou um progresso material invejável, sobretudo no período assinalado pelo término da guerra do Paraguai até novembro de 89.

É exemplo magnífico dessa austeridade de Pedro II, o fato de a dotação da Casa Imperial ter-se mantido sempre a mesma, 800 contos de réis anuais, de 1841 a 1889, embora o Orçamento Geral do Império tenha crescido dez vezes.

De par com essa austeridade, a moralidade pública mais rígida, não permitindo o Monarca que alçassem vôo as aves de rapina da

corrupção, sentindo todos os brasileiros que o exemplo vinha do alto.

Em condições assim tão favoráveis, o Brasil poderia, como fez, ter um progresso muito grande. Possuir a segunda frota marítima do mundo, instalar os primeiro Correios e Telégrafos da América, interligando todas as Províncias, ser o segundo país a ter o selo postal, rasgar rodovias, levar a estrada de ferro para os sertões, estas ferrovias que são testemunhas do Império e que se destroçam hoje no mais completo abandono.

Os problemas sociais foram encarados sem demagogia pelo Imperador. Pedro II encaminhou, com alta sabedoria, a abolição da escravatura, cumprindo etapas, como a da proibição de tráfico negreiro, a Lei do Ventre Livre, a Lei dos Sexagenários, para, por fim, a Regente Isabel – a Redentora, sancionar a Lei Áurea, fazendo-se com festa cívica o que custou sangue de irmãos nos Estados Unidos da América do Norte.

Outro aspecto da vida pública de Pedro II foi o do seu interesse pela cultura, levando o sistema educacional a níveis apreciáveis, convocando cientistas e técnicos para servirem no Brasil, sustentando o Imperador, do seu próprio bolso, os estudos no estrangeiro dos brasileiros de gênio, sem o que não teríamos tido a música de Carlos Gomes e a pintura de Pedro Américo e Victor Meireles.

Diante de tudo isso, o Brasil e o Imperador teriam de gozar, como gozaram, de imenso prestígio no Exterior.

Tal era a confiança que se depositava no Imperador, que ele foi chamado a servir de árbitro em pendências internacionais que envolviam a França, Itália e Alemanha.

Nas viagens que fez à Europa e aos Estados Unidos, recebeu Pedro II a mais honrosa prova de apreço, por parte dos governos e das organizações científicas e culturais.

Disse a nossa grande escritora Rachel de Queiroz, que o povo tem saudade do Rei. É que esse povo sente a imensurável diferença entre o Brasil de então e o País de hoje.

Escreveu o jornalista Valdemar Menezes que é preciso "refazer a trilha perdida". E isto o povo sente e espera.

A Deposição, o Exílio e a Morte

Havia no Brasil, ao fim da época imperial, gozando de todas as franquias democráticas do regime, um partido político sem expressão eleitoral. Era o Partido Republicano, tão distante do povo, que nas últimas eleições do Império só conseguiu eleger dois deputados.

O pugilo dos republicanos, unindo-se a uma minoria militar insatisfeita e rebelde, pactuaram derrubar o Império colossal. O golpe foi tão bem arquitetado, a traição tão perfeita e violenta, que não foi possível reação.

É certo que o Imperador poderia ter permanecido em Petrópolis, e organizado a resistência, polarizando toda a Nação. Mas o Magnânimo Imperador, tal como seu pai, Pedro I, quando abdicou, não queria o derramento de sangue, e se entregou qual cordeiro no holocausto.

O decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889, diz, textualmente, no artigo 1º: "Fica proclamada **provisoriamente** a República Federativa". E no art. 7 prometeu um plebiscito, através do qual o voto da Nação confirmaria a República ou restaurava a Monarquia.

Há duas interpretações, no nosso entender, para a primeira lei da Ditadura.

Os conspiradores se sentiam tão contrafeitos com a nenhuma ressonância popular da República, que a proclamaram provisória, até que o sufrágio do povo a confirmasse ou não.

Mas há outra interpretação para o Decreto nº 1, esta mais condizente com a realidade e os propósitos revolucionários.

A falsa interinidade do regime e a não menos falsa promessa do plebiscito eram tão só um perverso engodo, com o fito de anestesiar o povo e evitar reações imediatas, enquanto os donos do poder armariam o esquema da sufocação das liberdades, com o que fizeram correr nobre parcela do sangue brasileiro.

Deportaram o velho monarca, que a partir daí iniciou a sua via crucis, portando-se como verdadeiro mártir, até a morte.

Gratidão

Esta solenidade tem um sentido de gratidão e de desagravo.

Gratidão ao grande Monarca, pelos imensos e constantes benefícios prestados aos felizes súditos, durante meio século de reinado.

Desagravo das injúrias sofridas ao fim de sua vida, como se o opróbio fosse o prêmio de tantas virtudes pessoais e cívicas.

Desagravo pelo crime de lhe haverem arrebatado a coroa que tanto dignificou.

Reparação diante da suprema humilhação do banimento, e do seu embarque, e da Imperatriz, ele velho e doente, na calada da noite, às escondidas, porque os golpistas temiam que o povo carioca, vendo-os

desterrados, arrebatasse as vítimas das mãos de seus algozes.

Desagravo de ver a esposa amada, a Imperatriz tão querida dos brasileiros, morrer de dor e de desgosto, como ela mesma confidenciou, morrer em hotel da cidade do Porto, só quarenta dias após o 15 de novembro, tal foi o impacto de exílio doloroso.

Reparação pela humilhante situação de morrer, pobre e abandonado, em modesto quarto de hotel, em Paris, sem o consolo da esposa já falecida, sem outro conforto que não os Santos Sacramentos de sua Fé Católica, a presença da filha desolada, a Princesa Isabel, e o de ter reclinada a cabeça veneranda em traveseiro com terra do Brasil.

Reparação pela afrontosa atitude dos detentores do poder no Brasil em mandando protestos ao Quai d'Orsay, pelo fato de o Governo Republicano Francês haver-lhe prestado, nos funerais, as honras de Imperador.

Reparação pela humilhação de não comparecer às suas exéquias, na Igreja de Madeleine, o embaixador do Brasil, enquanto todo o corpo diplomático acreditado em França estava ali presente.

Reparação pelo menosprezo injustificável de não contar no seu cortejo fúnebre com nenhum diplomata do Brasil, enquanto o povo de Paris, mais de duzentas mil pessoas, se comprimia na praça, em comovente e merecida homenagem póstuma, só comparável em número, à que acorreu no sepultamento de Vitor Hugo.

Magnífico e inesquecível Imperador.

Agora tenho a honra de me dirigir a Vossa Majestade, fazendo eco ao clamor altissonante do nosso povo.

Muito obrigado, Imperador Magnânimo, pelo imenso bem que fez ao Brasil e aos brasileiros.

Digne-se de receber a reparação e o desagravo que lhe manifesta esse mesmo povo, na certeza de que a memória de Vossa Majestade será imperecível, pois, como diz a Escritura, **In memoria aeterna erit justus**.

A memória do justo será eterna.